

NOTÍCIAS AFRICANAS 68

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL • 18 A 24 DE JULHO DE 1994

GUINÉ-BISSAU

A surpresa Kumba leva eleição para o segundo turno

As eleições gerais realizadas na Guiné-Bissau em 3 de julho deram a vitória ao PAIGC nas legislativas, com 39,31% dos votos, e o seu candidato à Presidência, Nino Vieira, obteve 46,17%, havendo, portanto, necessidade de um segundo turno, que será em princípio, a 7 de agosto próximo. Mas foi um professor de filosofia de origem balanta, com linguagem populista e de grande carisma, Kumba Ialá, a surpresa das eleições, sendo o segundo mais votado nas presidenciais, com 21,89% dos votos. O desempenho de Kumba Ialá surpreendeu até mesmo o líder do Movimento Bafatá e segundo nas prévias, Domingos Gomes, que obteve 17,34% dos votos.

As eleições foram questionadas pela oposição, e até pelo governo, dada a situação de grande confusão e carência de meios em que decorreram. Ambos os lados aceitaram participar do segundo turno, embora o presidente Nino Vieira, general reformado, demorasse três longos dias para manifestar essa posição, aliás contrária à linha dura de seu partido.

Nino Vieira acusou Kumba Ialá de utilizar o fator étnico na campanha eleitoral. Manuel Barcelos, líder de um partido da oposição, o Renovador Democrático, reconhece que a solidariedade étnica influenciou nas eleições sem que, no entanto, "isso signifique a divisão tribal do país". Barcelos criticava assim a postura de Nino, que bradou nos microfones *Ka na tem Ruanda* (Aqui não tem Ruanda), numa alusão aos conflitos étnicos nesse país.

O fator étnico, politizado por questões econômicas e raciais, tem inegavelmente influência na Guiné-Bissau. É fácil compreender no caso dos balantas, etnia de Kumba. Produtores de arroz do sul do país, eles foram o principal suporte do PAIGC no desencadear da luta de libertação contra o ultracolonialismo português (1963-1973). Os balantas constituem um pouco mais de um terço da população e sua região foi das mais esquecidas após a independência, apesar de

ser a principal responsável pelo alimento básico de todo o país. Anos atrás, muitos dos guerrilheiros "históricos" balantas foram preteridos nas promoções, em favor de jovens treinados em academias militares. Isso é natural num exército que se moderniza, mas os balantas reclamaram da falta de oportunidades que o regime não lhes deu. O fuzilamento de Paulo Correia, em 1986, por tentativa de golpe militar, também teve repercussão étnica. Ele era um dos poucos balantas na alta hierarquia do poder.

Contudo, o que nos parece ocorrer é que Kumba Ialá não capitalizou somente o fator étnico. Sua votação atingiu também vários bairros de Bissau, cidade que é sede de uma cultura crioula (mestiça, mais cultural que biologicamente) como também é o principal *chão* dos papeis, etnia à qual pertence o presidente Vieira. A votação de Kumba Ialá se estendeu por muitos daqueles a que, aqui na América Latina, chamamos de descamisados, gente que se identifica com o populismo messiânico de Kumba e que o aplaudia freneticamente quando ele apontava os casos de corrupção do governo e do PAIGC.

A campanha de Kumba foi feita através do país, percorrido em *atás do maré*. Foi preciso dinheiro oficial da comissão eleitoral para ele poder comprar uma televisão em segunda-mão. Kumba é um populista que se coloca "à direita dos comunistas e à esquerda dos sociais-democratas" e

que promete devolver "ao povo" os bens que foram usurpados pelos homens do governo.

Para contrapor-se a esse populismo, Nino Vieira fez apelo ao seu passado de maior guerrilheiro que a luta produziu e aclamado pelo povo como o comandante Kabi. É assim que ele se apresenta nos comícios. Para muitos observadores, Nino Vieira é o único capaz de garantir a estabilidade e a unidade do país. O Partido Social Democrata português, do primeiro-ministro Cavaco Silva, parece pensar o mesmo, pelo apoio que presta ao candidato, cuja campanha foi abrihantada por generosas doações de grandes empreiteiras portuguesas.

Do ponto de vista econômico, a Guiné-Bissau continua sendo um dos dez países mais pobres do mundo. Com uma dívida externa de US\$ 720 milhões, para uma população de pouco mais de um milhão de habitantes, e um PIB de cerca de US\$ 230 milhões, o país se torna o terceiro do mundo em dívida *per capita*. Remando contra essa maré, as reformas econômicas internas vêm apresentando resultados positivos, ainda que modestos, na avaliação do Banco Mundial e do FMI. O crescimento econômico real em 1993 foi de 2,75% e a inflação reduzida de 88% em 1992 para 32% em 1993.

José Maria Nunes Pereira
(Pesquisador do CEEA)

NESTA EDIÇÃO

- Guiné-Bissau entre Nino e Bafatá 2
- Votar à chuva, ao sol e à luz de velas 4
- Bafatá pede repetição das eleições no Leste 5
- Luanda tenta comprometer Mobutu 6
- "Se Nino Vieira quer guerra, tã-la-á" 6
- Angola e Zaire vão reatar diálogo 7
- PAIGC rumo à vitória 8
- Governo de transição em S. Tomé 9
- O voto étnico 9
- Desafios a enfrentar pelo governo sul-africano 10
- PAIGC com maioria absoluta 11
- Novo governo toma posse hoje 12
- Oposição sem alternativa 12
- (A)normalidade pós-eleitoral 13
- Mandela medianoiro da paz 14
- O inimigo principal 14

Guiné-Bissau entre Nino e Bafatá

PÚBLICO, 5.7.94

Do nosso enviado
Eduardo Dâmaso
com António Soares Lopes
em Bissau

A Guiné-Bissau continuara ontem à noite completamente às escuras quanto a dados oficiais das eleições presidenciais e legislativas que se tinham efectuado no domingo, não se admitindo para antes da madrugada de hoje quaisquer projecções por parte dos técnicos encarregados desse trabalho. Apenas de fontes partidárias se conseguira apurar que os candidatos do PAIGC e do Bafatá deveriam ter sido os mais votados.

A eventual anulação das eleições nas assembleias de voto de Bissau que funcionaram até à meia-noite de domingo era, ao fim da tarde de ontem, o terreno da confrontação de bastidores entre o PAIGC e os partidos da oposição, enquanto ainda se desconheciam oficialmente quaisquer resultados.

Isto aconteceu depois de o Movimento Bafatá ter reivindicado a vitória nas eleições legislativas e anunciado uma segunda volta nas presidenciais, entre o seu candidato, Domingos Fernandes Gomes, e o candidato do PAIGC, Nino Vieira.

A questão da anulação das eleições nas mesas abertas até à

meia-noite parece interessar aos dois partidos com maiores probabilidades de vencer, o PAIGC e o Movimento Bafatá, por motivos diferentes, já que ambos afirmam ter havido violação da Lei Eleitoral e fraudes nas votações.

O Movimento Bafatá fez ao fim de manhã a sua primeira declaração oficial sobre as eleições, reivindicando com base em "resultados não categóricos", por faltar o apuramento de algumas zonas do país, uma "vitória clara" nas legislativas, mas sem números concretos. Todavia, Hélder Vaz, secretário-geral do Movimento Bafatá, não excluiu a possibilidade de aceitar uma repetição, desde que existam condições logísticas que garantam a transparência do acto: "Isso seria desejável", mostrando embora algumas dúvidas sobre a exequibilidade, devido à falência administrativa do país e à falta de dinheiro".

"Fraudes reais"

Para o Movimento Bafatá, ocorreu no domingo em Bissau "um acontecimento ímpar em todo o mundo". Hélder Vaz disse que "nunca umas eleições tiveram tantas falhas como as da Guiné-Bissau". Apontou uma série de casos e de factos que, na sua opinião, comprometeram a possibilidade de que uma parte "substantial" do eleitorado exercesse o direito de voto. Aludiu mesmo a "actos estranhos" e a "fraudes reais", que passou a enumerar.

Na assembleia 41, círculo 27, o Bafatá diz que "um senhor da polícia política do PAIGC introduziu 17 votos em ambas as urnas"; em Missiré e Cacheu apareceram eleitores com cartões que não tinham número; em Bissau, no círculo 27, um presidente de assembleia levou as urnas para casa sem ter feito o escrutínio dos votos; outro elemento do PAIGC é acusado de ter pegado no dedo de pessoas analfabetas "para as ensinar a votar". Tudo situações que os delegados do Movimento Bafatá nas mesas registaram e que vão incluir num relatório que o partido tenciona entregar nas próximas horas à missão de observadores internacionais. "Não compreendemos os resultados do PAIGC em algumas zonas de Bissau, pois não correspondem à sua força eleitoral efectiva", afirmou Hélder Vaz, lançando a suspeição sobre os votos obtidos pelo partido do governo em alguns bairros da cidade. De acordo com os dados divulgados pelo Bafatá, o

PAIGC não desceu tanto quanto se esperava nas principais cidades, mas perdeu claramente nas tabancas.

Mas foi precisamente por se sentir atingido em alguns bairros da capital que o PAIGC divulgou na noite de domingo um violento comunicado, lido pelo mandatário do partido, Nicandro Barreto, que põe em causa a isenção da Comissão Nacional de Eleições e acusa a oposição, sobretudo dois dirigentes do Bafatá e um da União para a Mudança (UM), de terem desviado 20 urnas, cujo paradeiro é dado como desconhecido.

O PAIGC anunciou mesmo a abertura de um inquérito pelas "autoridades competentes", com base na prisão de um motorista do dirigente Amine Saad, da UM, acusado de ter participado no desvio das urnas. Trata-se de um senegalês a residir em Bissau. Um dos factos mais contestados pela oposição foi ter sido o próprio PAIGC a anunciar a entrega do caso às autoridades judiciais e não estas a divulgá-lo, como é norma nos países de tradição democrática.

Este caso é, no comunicado do PAIGC, ligado a três dirigentes da oposição, o referido Amine Saad e Alexandre Bucansi e João Sanea, ambos do Bafatá, por "terem sido vistos nas ruas de Bissau a transportar urnas".

"É uma situação bastante estranha e que nos leva a alertar a opinião pública nacional e internacional para que amanhã não se impute alguma responsabilidade ao PAIGC", disse Nicandro Barreto aos microfones da Rádio Nacional da Guiné-Bissau, responsabilizando ainda a Comissão Nacional de Eleições de "eventuais consequências deste acto" e ainda por não ter adoptado "a boa norma jurídica" na questão do prolongamento das eleições. Isto é, o PAIGC entende que, de acordo com as leis do país, só o Presidente do Conselho de Estado, Nino Vieira, tem poderes para decidir sobre esta matéria, e não a CNE, acusando-a de violar a lei.

Momento dramático

Este foi o momento de maior dramatização da noite eleitoral e de imediato surgiram novas informações e alguns rumores. Um grupo de "ninjas", Polícia de Intervenção Rápida, ocupou a rua da comissão regional de eleições, onde se encontravam os votos, sob o pretexto de reforço de segurança. Alguns dirigentes da oposição confessaram ao PÚBLICO "recear o pior" com a situação que se co-

meçava a desenhar.

Amine Saad, um dos dirigentes visados, irrompeu pelo centro de imprensa a desmentir a história das urnas e a acusar o Ministério do Interior e Nino Vieira de estarem a "preparar uma grande fraude". Disse que este na comissão regional de eleições apenas porque constatou que faltavam mesas e boletins de voto no círculo 27, disponibilizando um motorista e uma viatura para suprir as deficiências. Denunciou também que a prisão do seu motorista foi feita por elementos da guarda do palácio de Nino Vieira, sem qualquer autorização judicial e quando o homem se encontrava em casa e sem qualquer urna.

A Comissão Nacional de Eleições, que durante a tarde de domingo emitiu apelos pela rádio a solicitar a colaboração de particulares para que cedessem viaturas para o transporte de urnas e de boletins, desmentiu que se tivesse verificado algum furto de urnas. Todavia, minutos depois do desmentido estava no ar o comunicado do PAIGC a contestar as eleições. O perigo da derrota foi claramente pressentido na Casa Branca. Ontem, a questão das urnas foi uma das motivações que levou o Movimento Bafatá a efectuar a sua primeira declaração pública. Hélder Vaz apareceu no centro de imprensa, acompanhado dos dois acusados do seu partido e contou a sua versão dos acontecimentos. Os dois dirigentes deslocaram-se durante todo o dia eleitoral num Peugeot, que é prioridade de um deles, apenas para acompanhar a votação e não transportaram qualquer urna. Desdramatizaram a questão, informando que o mandatário do PAIGC, José Mário Vaz, andou pelas ruas de Bissau a transportar urnas e apresentaram os nomes de Mustafá Djaló e Neomésio Saad, membros da comissão regional de eleições, que contactaram com eles e distribuíram as urnas no sector em que, alegadamente, os dirigentes do Bafatá teriam interferido.

Já no princípio da noite, a União para a Mudança, através de Manuel Ramboud Barcelos, acusou o PAIGC de querer manter o motorista senegalês preso para, "através de práticas já conhecidas do regime, vir a obrigá-lo a fazer declarações bombásticas". Em relação ao comunicado do PAIGC, acusou este partido de estar "a abrir a

Continua na pág. 3

OS PROTAGONISTAS

O antigo guerrilheiro

PÚBLICO, 5.7.94

JOÃO Bernardo Vieira, "Nino", ou "Kabi", conforme as circunstâncias, 55 anos, antigo electricista que se distinguiu na luta armada pela independência da Guiné-Bissau e, em 1980, se aposentou do poder, depois de derrubar o Presidente Luís Cabral, é hoje em dia um homem que luta por todos os meios para conservar esse mesmo poder, que vê fugir-lhe.

Nino, que, para legitimar o seu poder, denunciou no fim de Novembro de 1990 uma série de arbitrariedades que teriam sido cometidas pelo primeiro Presidente, não lhe terá ficado atrás, antes pelo contrário, deixando o país mergulhar em alarmante níveis de corrupção e usando também da violência contra os seus opositores.

Guerrilheiro de méritos firmados no fim da década de 60 e nos primeiros anos da de 70, João Bernardo Vieira viria a revelar-se muito pouco capaz na sua Presidência, que, após a experiência mal sucedida de industrialização de Luís Cabral, deveria ter arrancado a Guiné-Bissau do subdesenvolvimento e abria claramente a uma prática democrática.

O que aconteceu é que o chefe do Estado não conseguiu fazer grande coisa no campo da alfabetização generalizada dos seus compatriotas nem no do

estabelecimento de uma rede adequada de cuidados de saúde, tendo deixado o país num nível tão pobre quanto o de um Burkina Faso, um Burundi ou um Moçambique.

Até aos últimos dias da campanha eleitoral que acaba de se desenrolar, João Bernardo Vieira continuou a colocar a tónica na sua vertente de "Kabi", o homem que há 24 anos andava nas matas, de arma na mão, para que a Guiné-Bissau se tornasse independente. Mas muitas pessoas das gerações mais novas consideram que esse tempo passou, por muito respeitável que tenha sido, e que, hoje em dia, o que importa é que haja postos de trabalho e que um salário decente seja pago a tempo e horas.

Nino, por muita simpatia que ainda possa despertar a um terço ou a quase metade do eleitorado, tem contra ele parte importante de um povo que se vê no desemprego ou que não tem dinheiro suficiente para alimentar os seus filhos, pois que, apesar de a Guiné ser um país agrícola, em certos períodos um salário médio não chega para comprar um saco de arroz. Povo que sabe que os poucos recursos existentes no país servem em primeiro lugar a família do Presidente e a elite privilegiada, constituída tanto por ministros e altos funcionários do PAIGC e do Estado como por militares e agentes da Segurança. e J.M.

Um médico cristão

PÚBLICO, 5.7.94

DOMINGOS Fernandes Gomes, de 43 anos, líder do Movimento Bafatá, é um médico, antigo director do Hospital Simão Mendes, em Bissau, que ontem à tarde era tido em certos círculos como a pessoa com mais hipóteses de ir, com Nino Vieira, a uma segunda volta das eleições presidenciais na Guiné-Bissau.

Homem de formação cristã num país de dominância muçulmana, que em 1986 veio de Bissau para Portugal e aqui fundou o Bafatá, após a condenação à morte do vice-presidente Paulo Correia e de outras personalidades, Domingos Fernandes Gomes conseguiu a adesão de alguns dos antigos comandos africanos, formados no tempo do governador colonial António de Spínola, e prepara-se desde há anos para um alto cargo.

O que este aspirante à Presidência da República pretende é um Governo de Unidade Nacional que tenha os melhores laços possíveis com todos os países de língua oficial portuguesa, opondo-se às tentativas que já várias vezes têm sido feitas de atrair a Guiné-Bissau para a esfera de influência da França.

"O Movimento Bafatá tem condições para ganhar as eleições do próximo ano", dizia em 1993, numa entrevista ao PÚBLICO, durante a qual

também admitiu, por outro lado, participar num executivo liderado pelo PAIGC, se esta viesse a ser a força política maioritária por vontade popular.

Natural de Bolama, estudou num seminário português de 1963 a 1968, cursando depois Medicina em Lisboa e em Roma e passou alguns anos a praticar em Bissau antes de voltar de novo para Portugal como exilado, aqui se tendo firmado como político, essencialmente a partir do ano de 1991.

Foi nessa altura que nos disse admirar Jonas Savimbi, Leopold Senghor e os políticos de São Tomé e Príncipe e de Cabo Verde, tanto os que haviam facilitado a abertura ao pluralismo (Manuel Pinto da Costa, Aristides Pereira e Pedro Pires) como os que beneficiaram de tal abertura (Miguel Trovoada, António Mascarenhas Monteiro e Carlos Veiga).

Se acaso Domingos Fernandes Gomes e o Movimento Bafatá tiverem agora um papel determinante no futuro da Guiné-Bissau, é de crer que sejam colocadas numa prateleira da História muitas das glórias da luta de libertação nacional, de que o PAIGC tantas vezes fala, e que se olhe muito mais para os problemas do presente.

O passado é passado e, uma vez alcançada a independência, o que verdadeiramente importa é que se consolide a democracia e que se avance para o desenvolvimento, por mais modesto que seja. e J.M.

Continuação da pág. 2

Guiné-Bissau entre Nino e Bafatá

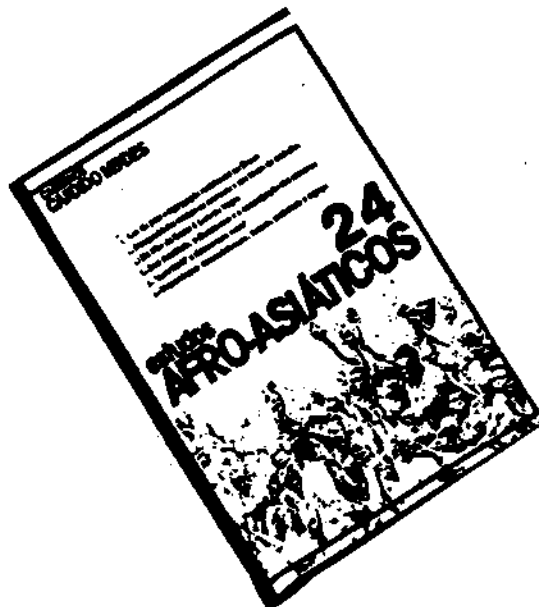
porta" para mais tarde contestar o resultado das eleições. Chamou ainda a atenção para o facto de esta posição ter sido veiculada por Nicandro Barreto, que enquanto Procurador-Geral da República "mandavam prender cidadãos por períodos superiores a 48 horas, sem culpa formada".

Sobre os resultados das eleições, o porta-voz da UM considerou que a estratégia dos seis partidos que integram a coligação foi "inteiramente atingida", porquanto visava a derrota de Nino Vieira e do seu partido. "Temos a indicação de que vai haver uma segunda volta e estamos decididos a apoiar qualquer

candidato que tenha de se bater com o candidato do PAIGC".

Manuel Ramboud Barcelos reconheceu que o seu partido, o PRD, está na posse de dados eleitorais que permitem uma conclusão: "Os laços de solidariedade étnica influenciaram estas eleições, sem que, no entanto, isso signifique a divisão tribal do país. O poder andava a criar fantasmas, dizendo que depois dele seria o dilúvio, mas as populações deram prova de muita maturidade e de civismo, o que pode acalmar um certo receio manifestado por pessoas que nos últimos dias recorreram a reservas de comida, com medo do pior." e

● ASSINE JÁ ●



● ASSINE JÁ ●

Votar à chuva, ao sol e à luz de velas

PÚBLICO, 5.7.94

O VELHO de pose digna e altiva envergava um fato de caqui castanho e avançou, decidido, para as urnas assim que ouviu o presidente da mesa de voto pronunciar o seu nome. Mutilado numa perna durante a guerra, apoiava-se numa bengala. Joaquim Furtado, antigo chefe militar da Guiné-Bissau e ex-secretário de Estado dos Combatentes da Liberdade da Pátria, um histórico do PAIGC, seria a primeira pessoa a votar na capital se não se tivesse enganado no círculo eleitoral. Mas quando lhe foi comunicado, depois de uma ligeira desorientação da assembleia, que não era ali a sua mesa, não desanimou, informou-se e dirigiu-se para o local onde deveria votar.

Este episódio diz muito do que caracterizou as eleições legislativas e presidenciais de domingo. Falta de informação, confusão, desorganização, caos mas também uma vontade inquebrantável de saborear o gosto da democracia através do voto, revelada pelo povo da Guiné-Bissau. Em todas as mesas por que o PÚBLICO passou durante o dia e noite das eleições, havia pessoas que esperavam desde as quatro horas da madrugada a abertura das urnas. Milhares de votantes na capital esperaram o dia todo que as assembleias comessem a funcionar. Algumas não chegaram mesmo a abrir por total incapacidade da Comissão Regional de Eleições (CRE) de Bissau. Ao sul abrasador do meio-dia ou debaixo da chuva e da tempestade impiedosa que caiu ao fim da tarde, esperaram sempre.

Ao princípio da tarde, um grupo de adolescentes do bairro de Missira, concentrava-se junto à porta da Comissão Nacional de Eleições (CNE) a pedir as urnas e os boletins de voto para que pudessem votar. Ofereceram-se mesmo para arranjar transporte, nem que tivessem de pagar um táxi.

No centro da cidade, em Bissau Velho, junto à fortaleza de Amura, na antiga escola António Oliveira Salazar, onde gerações inteiras de guineenses aprenderam as primeiras letras, os eleitores aguardavam pacientemente que as urnas abrissem. A velha escola, hoje um pobre pátio onde umas dúzias de crianças convivem todos os dias com o perigo — o telhado tem ripas de madeira a apodrecer, as paredes mostram grandes fissuras e o chão é salpicado de detritos de ani-

mais e pessoas —, recebia um grupo de jovens responsáveis pela organização das mesas de voto com um ar muito compenetrado das altas funções em que estavam investidos. "Democracia passa aqui, pá!": orgulhoso, um dos membros das mesas, prontificava-se a prestar declarações aos jornalistas, ao mesmo tempo que gritava instruções em crioulo aos colegas.

Da varanda, exibiram as urnas de lona ao povo, que se aglomerava na entrada do rés-do-chão, viraram-nas do avesso para que todos vissem com os seus próprios olhos que não havia marroca. As instruções eram para repetir esse ritual em todas as assembleias. Mostradas as urnas ao povo, já passava da uma da tarde quando a votação começou e ninguém tinha saído das filas que haviam começado a formar-se às cinco da manhã.

Observadores "breves"

Nos arredores de Bissau, em Intussinho, na região de Safim, não se registaram problemas. Intussinho é uma pequena tabanca onde já quase todos tinham votado à hora de almoço. Os delegados esperavam os últimos votantes e aturavam uma mulher de meia-idade que não se recenseou, mas, com o cartão de outro eleitor, queria votar a todo o custo. As outras mulheres da aldeia, à sua volta, riam-se e metiam-se com ela. Nesta mesa de voto, só se encontrava um delegado do PAIGC.

A poucos metros da assembleia de voto, à beira da estrada, parou um carro de luxo com motorista e, no banco de trás, vinha uma senhora abrigada no ar condicionado e a fazer festas a um cachorrinho. Na parte da frente da viatura estava a bandeira das Nações Unidas. A senhora, forte e de meia idade, arrebitou os olhos para a mesa, sem sair do carro, abanou a cabeça como se tivesse percebido que tudo estava bem e mandou o motorista arrancar. Mais à frente, noutra tabanca, o carro estava de novo parado na bermã. Mas, desta vez, o motorista saiu, dirigiu-se à mesa de voto, tirou os óculos e olhou por cima das cabeças dos eleitores durante uns 30 segundos. Voltou para o carro, fez meia volta e regressou no sentido de Bissau. A regularidade do processo eleitoral estava observada pela senhora das Nações Unidas.

Não era uma observadora internacional acreditada pela ONU, mas tratava-se de uma pessoa com responsabilidades em Bissau, no PNUD (Programa

das Nações Unidas para o Desenvolvimento), que optou por uma observação ligeira.

Ligeira, no sentido de "breve", terá sido também a função do grupo de observadores parlamentares portugueses, que fizeram uma incursão matinal por algumas mesas, mas depois recolheram ao hotel, porque embarcavam nessa madrugada para Lisboa. Só perderam a fase mais complicada do processo, ou seja, as acusações de violação da lei eleitoral e de fraude, lançadas pelo PAIGC, os problemas gerados pelo prolongamento da abertura das urnas, os escrutínios que não se fizeram, as urnas que foram levadas para casa de presidentes de mesas de voto, etc.

Ao fim da manhã, a CRE dizia debater-se ainda com dificuldades para encontrar locais onde instalar mesas de voto e meios de transporte. O seu presidente, Vicente Blute, suave em bica, não se sabe se do calor se do aperto da situação, mas procurava mostrar uma atitude optimista, dizendo que, pelas suas contas, já só faltava abrir cinco assembleias em Bissau. Todavia, só no caminho entre o Hotti-Bissau Hotel, onde está instalado o centro de imprensa, até à CRE, no centro da cidade, contavam-se umas dez mesas por abrir... Hoje sabe-se que são, pelo menos, 20 as assembleias de voto onde as eleições serão repetidas nas próximas 48 horas, por não terem funcionado no domingo. Os maiores problemas estavam concentrados no círculo 27, que abrange os bairros da Ajuda e Internacional, entre outros.

Era precisamente no bairro Internacional que o candidato às presidenciais, Kumba Iala, aguardava há cinco horas para poder votar. De urnas e boletins não havia vestígios, apenas lá estavam pessoas e uns abutres potoados em cima dos telhados das casas. Já passava das 18h00 quando, finalmente, as urnas chegaram e o candidato votou.

Soavam as dez da noite, cinco horas depois do horário oficial do encerramento, quando o portavoz da CNE, Fernando Gomes, se apresentou perante os jornalistas a dizer que, nesse preciso momento, estavam a funcionar

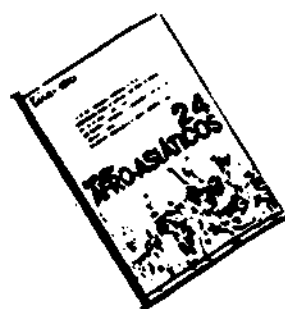
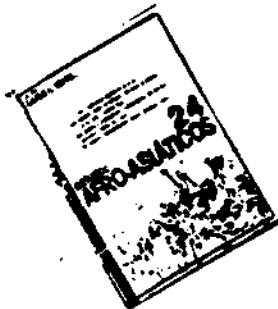
80 por cento das mesas.

Águas purificadoras

Depois de a CNE ter decidido prolongar as eleições até à meia-noite, facto que o PAIGC viria a contestar, as pessoas que não tinham votado pegaram em guarda-chuvas e acenderam velas — Bissau não tem iluminação pública — para poder exprimir a sua opinião através do voto. Nos bairros mais populosos ninguém fugia da chuva, que não parava de cair. Havia gente que invocava a mitologia guineense: "São as águas a purificar as almas, a correr com os maus espíritos." Ao lado, alguém lembrava que a chuva torrencial também tinha sido a visitante inesperada dos acontecimentos de 14 de Novembro de 1960, quando Nino tomou o poder e derrubou Luís Cabral.

A chuva começou a cair depois da hora de jantar, mais ou menos ao mesmo tempo que o PAIGC preparava um comunicado que acentuou o espectro da fraude eleitoral, dramatizando a noite, e que um grupo de 25 a 30 "ninjas", polícia de intervenção rápida controlada pelo Ministério do Interior, se preparava para daí a duas horas ocupar a rua da CRE. O argumento era reforçar a vigilância das urnas. Alguém se lembrou de que um dia choveu em Santiago do Chile, mas, apesar do silêncio pesado das ruas de Bissau, a noite apresentava-se calma. Só alguns carros se dirigiam para o aeroporto para apanhar o voo da TAP, para Portugal, e um outro da TAGB-EAS, para Paris, que transportava equipas de desportistas guineenses que iam participar nos segundos jogos da francofonia e pessoas em viagens de negócios e de férias.

Eduarte Dama, em Bissau



Novo primeiro-ministro

PÚBLICO, 5.7.94

O PRESIDENTE Miguel Trovoada nomeou ontem o ministro cessante da Defesa, Evaristo do Espírito Santo Carvalho, de 52 anos, "para exercer as funções de primeiro-ministro", depois de há três dias haver exonerado o Governo de Norberto Costa Alegre, constituído pelo Partido da Convergência Democrática (PCD), vencedor das eleições de Janeiro de 1991.

Uma vez que o PCD repudiara na véspera a exoneração do seu segundo Governo, que há dois anos se seguiu ao de Daniel Daio, admite-se agora que expulsa Evaristo Carvalho do membro do respectivo Conselho Nacional, por quebra da disciplina partidária.

Diplomado em Contabilidade, o primeiro-ministro agora nomeado tem os próximos dias para tentar formar equipa, aparentemente à base da principal força da oposição, o MLSTP, e da Aliança Democrática Independente (ADI), criada à sombra do próprio

Presidente Trovoada.

Uma vez apresentado à Assembleia Nacional o programa do novo Governo, de iniciativa presidencial, é preciso que o mesmo consiga a deserção de dois ou três deputados da bancada da maioria para poder ser aprovado e ficar em funções até ao termo legal da actual legislatura, em princípios de 1995.

Se o programa não for aprovado, o gabinete Evaristo Carvalho só durará o tempo de o chefe do Estado dissolver o Parlamento e convocar eleições gerais antecipadas, ainda antes do Natal, hipótese que não parece agradar muito ao MLSTP, de Carlos Graça, nem aos seus amigos da ADI, que não estariam prontos para ir às urnas antes do Ano Novo.

PCD quer eleições imediatas

O PCD, que há três anos e meio administra São Tomé e

Príncipe, depois do longo consulado do MLSTP, disse no domingo que só aceitaria um executivo de gestão se fosse para preparar novas eleições, antes da data prevista. Ou seja, o partido vencedor das legislativas de Janeiro de 1991 entende que a Constituição não prevê qualquer gabinete de iniciativa presidencial que fique em funções por muitos meses e aponta a Trovoada o caminho da dissolução da Assembleia e da convocação de eleições antecipadas.

O político agora designado para a chefia do Governo por Miguel Trovoada foi secretário de Estado da Administração Territorial de 1977 para 1978 e ministro das Construções, Transportes e Comunicações de 78 a 80, ainda durante a administração do MLSTP, presidida por Manuel Pinto da Costa.

Em 1991, depois das primeiras eleições multipartidárias, foi vice-presidente da Assembleia Nacional e secretário-geral da Presidência da Repú-

blica, tendo em Maio de 1992 passado a ministro das Finanças, quando se formou o Governo Costa Alegre, depois do primeiro grande choque de Trovoada com o PCD, que o ajudara a eleger chefe do Estado.

Miguel dos Anjos Trovoada, que foi primeiro-ministro de Pinto da Costa e depois entrou em dissidência com o MLSTP, reaproximou-se nestes dois últimos anos daquele partido, ao mesmo tempo que apadrinhava a formação da ADI, contando agora aparentemente com a coligação entre as duas formações para se desvencilhar do grupo de Leonel d'Alva, Daniel Daio e Norberto Costa Alegre.

Evaristo Carvalho vai ser o terceiro chefe de Governo que São Tomé e Príncipe conhece desde há dois anos e meio; e isto diz bem da precariedade política e administrativa do pequeno arquipélago equatorial. ■

Conceição Lima,
em São Tomé

Bafatá pede repetição das eleições no Leste

PÚBLICO, 7.7.94

O MOVIMENTO Bafatá anunciou ontem que vai pedir a repetição das eleições na Região Leste da Guiné-Bissau, que tem 135 mil eleitores, por considerar que "uma maioria de eleitores não conseguiu exercer o seu direito de voto". Para este partido, houve "muitos casos" em que mesas de 700 a 1000 eleitores só registaram 100 votos, apesar de as pessoas se encontrarem nas filas

à espera de votar quando as urnas encerraram.

"Não queremos pôr a Comissão Nacional de Eleições em causa, mas vamos pedir que esta situação seja revista já que foi provocada pela demora na abertura das urnas e pelas deficientes comunicações, que não permitiram que fosse conhecida em todo o Leste a decisão de prolongar o funcionamento das urnas até à meia-noite", declarou um di-

rigente do Bafatá, em conferência de imprensa.

Joaquim Baldé reiterou a confiança do seu movimento na vitória das eleições legislativas e em obrigar Nino Vieira a disputar a segunda volta das presidenciais com o seu líder, Domingos Fernandes Gomes.

Entretanto, ao princípio da tarde de ontem, registaram-se confrontos entre polícias do Batalhão de Intervenção Rápida, conhecidos por

"ninjas", e manifestantes que reivindicavam, em frente à sede da Comissão Regional de Eleições de Bissau, o pagamento dos subsídios devidos pelo governo, por terem garantido o funcionamento das assembleias de voto. Os "ninjas", fortemente armados, provocaram vários feridos entre os manifestantes. O balanço das escaramuças não foi oficialmente apresentado. ■

Éduardo Damazo, em Bissau

Eduardo dos Santos homenageou cónego Neves

PÚBLICO, 7.7.94

O PRESIDENTE angolano prestou ontem homenagem ao cónego Manuel das Neves, nacionalista angolano preso e deportado pela PIDE para Soutelo (Braga), em 1961, cujos restos mortais foram ontem transferidos da Igreja de São Paulo para a sede da Liga Angolana de Amizade e Solidariedade com os Povos (LAASP), em Luanda.

Antes de José Eduardo dos Santos, noticia a Lusa, prestaram também homenagem ao cónego o arcebispo de Luanda, Alexandre do Nascimento, o primeiro-ministro Marcelino Moco, e o presidente da Assembleia Nacio-

nal, França Van-Dunen.

A urna do cónego Neves, que morreu em Dezembro de 1966, em Soutelo, vítima de enfarte de miocárdio, chegou terça-feira a Luanda, tendo seguido em cortejo para a Igreja de São Paulo, onde o cónego foi pároco. Ontem de manhã, a urna foi transferida para a sede da LAASP, onde desfilarão as entidades oficiais, políticas e religiosas. Além dos já referidos, também estiveram presentes o juiz-presidente do Supremo Tribunal, membros do Governo, responsáveis das Forças Armadas e entidades religiosas. Do

mesmo modo, membros do corpo diplomático acreditado em Luanda e de associações culturais e cívicas estiveram também presentes nesta homenagem.

Sobreviventes do 4 de Fevereiro de 1961 — o primeiro grande levantamento popular que viria a conduzir à guerra colonial — passaram igualmente na sede da LAASP. O cónego foi, segundo o verdadeiro autor da iniciativa (ver PÚBLICO de 5-6-94), sugerindo uma acção eficaz que "desmascarasse a paz podre" que Portugal mantinha em Angola.

Tolerância de ponto

Uma fonte do Ministério do Trabalho angolano disse também ontem à agência Lusa que, "por determinação superior", hoje haverá tolerância de ponto na capital angolana para permitir que "todos possam participar na cerimónia fúnebre do sacerdote". A homenagem — quase nacional, tendo em conta o clima de guerra civil que subsiste em Angola, entre a UNITA e o MPLA — termina hoje, quando os restos mortais do cónego angolano forem depositados no cemitério do Alto das Cruzes. ■

Cimeira de Pretória sobre Angola

Luanda tenta comprometer Mobutu

O PRESIDENTE de Angola, José Eduardo dos Santos, vai procurar obter hoje do seu homólogo zaireense, Mobutu Sese Seko, o compromisso de que cessará a ajuda logística e militar à UNITA de Jonas Savimbi.

Mas o encontro entre ambos, em Pretória, é também um teste à capacidade africana de resolver os seus próprios problemas, como já disse o anfitrião, Nelson Mandela. Prova disso é a presença do chefe de Estado de Moçambique, Joaquim Chissano — que poderia ser definido como uma espécie de "padrinho" de Eduardo dos Santos, enquanto Mobutu funcionaria, naturalmente, como "padrinho" de Jonas Savimbi.

Apesar do secretismo que tem rodeado os preparativos da reunião, fontes em Maputo acreditam que Chissano irá pressionar o Presidente de Angola a ser mais flexível nas negociações com a UNITA, enquanto Mobutu se comprometeria a obter o mesmo de Savimbi. O ideal, dizem essas fontes, seria que se pudesse avançar para uma cimeira Eduardo dos Santos-Savimbi, considerada essencial para ultrapassar o impasse nas negociações.

Mas uma fonte militar em Luanda citada ontem pela agência Lusa sugeria que José

Eduardo dos Santos vai pretender mais. Concretamente, que confrontará Mobutu com uma proposta para a criação de uma polícia de fronteira mista.

Este corpo incluiria polícias e militares não só de Angola e do Zaire como de outros países da África Austral — e, naturalmente, sul-africanos. O objectivo evidente seria tornar mais eficaz a vigilância nos 1700 quilómetros de fronteira entre Angola e o Zaire, por onde, diz Luanda, passa a quase totalidade do apoio de Kinshasa à UNITA.

A mesma fonte indicou que Eduardo dos Santos vai exigir que o Zaire aceite as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre sanções à UNITA. A criação deste corpo de patrulha multinacional seria uma medida de boa fé.

Diplomacia africana

Esta iniciativa paralela às ineficazes conversações de paz em Lusaca sob a égide da ONU, conduzidas pelo maliano Blondin Beye, testará as capacidades diplomáticas africanas e, neste caso específico, de Nelson Mandela, num momento em que se espera que a África do Sul comece a assumir um papel de protagonismo na região e no continente.

Causou surpresa o convite feito por Mandela a Joaquim Chissano para estar presente, mas este é provavelmente um sinal de como será exercida essa diplomacia — de forma cautelosa e procurando chamar quem estiver em melhor posição para fazer avançar o processo. Embora, diga-se, a ideia de envolver Maputo nas negociações não seja nova, pois já em Março de 1993 o chefe da diplomacia moçambicana, Pascoal Mocumbi, indicara que o seu governo podia dar um contributo útil à paz em Angola.

A ideia acabou por ganhar corpo em Tunes, em meados do mês passado, na cimeira da Organização de Unidade Africana. Quando regressou a casa, proveniente da Tunísia, o Presidente do Zimbabwe, Robert Mugabe, deixou escapar que o seu país iria apoiar a "iniciativa de Chissano".

O Presidente de Moçambique tem estreitas ligações com a direcção do MPLA desde os anos 60 e, desde a independência, na década seguinte, existiu uma "relação de irmãos" entre os dois países. Embora Moçambique tenha sempre apoiado abertamente o governo do MPLA, desde os tempos de Samora Machel que os dirigentes moçambicanos vêm tentando

convencer Luanda da necessidade de uma solução negociada com a UNITA.

A actividade humanitária da ONU em Angola é dirigida pelo ex-ministro moçambicano do Comércio, Aranda da Silva, que goza de prestígio entre a UNITA, e cuja actuação terá contribuído para que o envolvimento de Moçambique no processo angolano seja olhada com menos desconfiança pelo movimento de Savimbi.

Quanto ao outro "padrinho", Mobutu, espera-se que tenha um papel de apaziguamento. É que o Presidente zaireense não está em posição de poder desperdiçar uma oportunidade para recuperar crédito político em África. Círculos políticos em Luanda acreditam que ele seja hoje portador de uma mensagem de Savimbi à reunião.

Sobre esta cimeira vai pairar a figura de Nelson Mandela — e um eventual êxito da "solução africana" em Angola daria inegavelmente ímpeto à cruzada do Presidente sul-africano por uma maior intervenção da OUA. Na cimeira de Tunes, Mandela afirmou que os africanos devem resolver os problemas africanos. Trata-se agora de mostrar que são capazes. ■

José Pinto de Sa,
em Maputo, e Lusa

Carro de Kumba Ialá incendiado em Bissau

"Se Nino Vieira quer guerra, tê-la-á"

PÚBLICO, 7.7.94

Do nosso enviado
Eduardo Dâmaso
em Bissau

Tal quanto se aguardam os resultados, um nome emerge em Bissau: Kumba Ialá. Independentemente do número de votos que venha a recolher, é o homem que desafia o PAIGC e Nino Vieira. Até porque sabe falar ao povo.

Com a contagem dos votos a decorrer sob o signo de um nervosismo latente, Bissau agitou-se ontem com um incidente que envolveu a candidatura presidencial de Kumba Ialá. Eram quatro da ma-

drugada quando quatro desconhecidos incendiaram com gasolina o único carro que o candidato dispõe no Partido da Renovação Social (PRS), que funciona numa sala pequena e atafalhada da sua própria residência, no Bairro Internacional.

"Estão de cabeça perdida e fazem estas asneiras", disse Kumba Ialá ao PÚBLICO, sublinhando o facto de ter passado a andar quase sempre acompanhado por três ou quatro amigos, como medida de precaução. Responsabiliza Nino Vieira, que se mantém silencioso desde domingo, pelo que aconteceu à sua viatura, chamuscada na parte da frente. O carro não ardeu todo porque o fogo foi de imediato detectado por moradores da zona. "Nós não queremos o ódio, somos pela tolerância. Mas, se Nino quer guerra, tê-la-á. Também a sabemos fazer", declarou Kumba Ialá, que pertence à et-

nia balanta.

Pelos dados oficiais, que começaram a ser conhecidos na noite de terça-feira, apesar de serem muito escassos e não permitirem qualquer tipo de projecção, a votação de Kumba Ialá poderá ser mais surpreendente do que era esperado. Em todo o lado se fala de uma provável segunda volta, entre Kumba e Nino, cenário que é encarado com o maior dos temores, dadas as acusações mútuas feitas durante a campanha.

Mas o optimismo do candidato balanta era tão evidente que, após dois dias de recolhimento na sua sede, apareceu ontem pela primeira vez no centro de imprensa das eleições. Estava acompanhado por Antonieta Rosa Gomes, uma advogada também candidata presidencial, que deverá recolher uma percentagem de votos muito pequena. Na ocasião, Kumba Ialá multiplicou-se em declarações, dizendo que acredita sinceramente numa vitória sua à primeira volta.

Um tribuno da plebe

Franzino, com uma barbicha fina a escorrer-lhe do queixo, percorreu 400 quilómetros a pé por todo o país, para fazer campanha nas tabancas mais remotas. Tem orgulho em dizer que foi a umas três mil aldeias e que, para tal, chegou a atravessar rios a nado. Sozinho, sem nenhum outro apoio que não fosse o que decorre da lei (dinheiros que lhe permitiram comprar uma televisão e umas cadeiras), meteu-se nas candongas — autocarros improvisados de transporte colectivo para o interior — e de cada viagem fez um comício. Deceu às profundezas da Guiné-Bissau e aplicou a sua reconhecida capacidade de falar "a linguagem do povo".

Kumba Ialá, um "devorador de cursos (é licenciado em Ciências Políticas, na RDA, em Filofofia, em Lisboa, e em Teologia e

Continua na pág. 7

África do Sul ensaia o papel de potência regional

Angola e Zaire vão reatar o diálogo

PÚBLICO, 8.7.94

OS PRESIDENTES de Angola, José Eduardo dos Santos, e do Zaire, Mobutu Sese Seko, aceitaram ontem em Pretória reatar as negociações, que haviam interrompido em 1989, para acabar com a guerra civil angolana, disseram fontes oficiais na capital sul-africana.

Os dois chefes de Estado, de formação e percurso tão diferentes, decidiram "relançar e dar novo impulso" aos mecanismos de consulta bilateral que poderão facilitar as relações entre Luanda e Kinshasa, como a comissão de defesa e segurança, que se irá reunir durante a próxima semana e preparar nova cimeira entre as duas partes.

José Eduardo dos Santos e Mobutu conferenciaram ontem sob a égide do Presidente Nel-

son Mandela e com a presença do seu homólogo de Moçambique, Joaquim Chissano, a pessoa que na recente reunião pan-africana de Tunes avançara com a ideia de uma reaproximação Luanda-Kinshasa.

O Presidente zairense, que o MPLA tem acusado por diversas vezes de ser um simpatizante da UNITA, aceitou a proposta que lhe foi feita de se criar uma polícia para o patrulhamento dos 1.700 quilómetros que separam o seu país de Angola, eventualmente com financiamento das Nações Unidas.

O representante de Butros Butros-Ghali, secretário-geral da ONU, nas questões referentes a Angola, o maliano Alioune Blondin Bye, esteve em Pretória para ouvir o que as diferentes partes pensam do financiamento da desejável polícia que sustivesse o encaminhamento

de muito material bélico do Zaire para a UNITA.

Nos trabalhos de ontem, José Eduardo dos Santos criticou duramente aquilo que disse ser o apoio zairense ao partido de Jonas Savimbi; e a propósito do qual muitos militantes do MPLA, como Mendes de Carvalho, têm proposto que Angola retalie, apoiando activamente as forças da União Sagrada que combate Mobutu.

O Presidente indicou que a África do Sul e a Zâmbia estariam dispostas a fornecer homens para a polícia que tornasse impermeáveis as fronteiras angolanas. Mas Mobutu respondeu-lhe que não estava ali para ouvir a repetição de acusações já muito antigas; antes para decidir algo de novo quanto ao futuro.

Apenas um pequeno passo

As três horas das reuniões de ontem entre os quatro presidentes e, a dada altura, Blondin Beye, foram apenas um pequeno passo no longo e arrastadíssimo processo que visa conseguir a paz em Angola, mas simbolicamente indicou que a África do Sul poderá muito bem desempenhar um papel de liderança em grande parte do continente.

Segundo os seus admiradores, Nelson Mandela tem credi-

bilidade e coragem para impor uma nova direcção a grande parte da África; mas uma visão mais realista indica que os sul-africanos têm demasiados problemas a resolver no seu período pós-apartheid para que possam dar um contributo assustadoramente substancial para a resolução dos conflitos alheios.

Na cimeira da OUA, em Tunes, muita gente pediu à África do Sul que ajudasse a resolver as questões de Angola e do Ruanda, mas Mandela foi cauteloso e disse que não esperassem dele nenhum milagre.

Para já, o Presidente sul-africano tenta recuar dentro de alguns dias o líder da UNITA, mas tanto neste partido como no MPLA há correntes extremistas que muito irão dificultar qualquer hipótese de acordo. Os generais de Savimbi e os ultras de Luanda são um obstáculo a qualquer trabalho de Nelson Mandela e de outros medianeiros no sentido de se conseguir a reconciliação em Angola.

Só depois de se ver se Savimbi realmente aparece na África do Sul durante os próximos oito dias e se ele e José Eduardo dos Santos estão ou não dispostos a um frente-a-frente é que se poderá dizer se a cimeira de ontem em Pretória serviu ou não para grande coisa. E neste caso angolano já demasiadas expectativas têm sido goradas, de Bicesse para cá. e

Steven Lang, em Johannesburgo, com Aguiar dos Santos, em Luanda, e Lusa

Continuação da pág. 6

"Se Nino Vieira quer guerra, tê-la-á"

quase em Direito, em Bissau), é a única face de duas realidades: a sua candidatura e o partido. Desde o discurso a toda a logística.

Kumba Isá, que foi professor de Nino Vieira nos tempos em que militava no PAIGC, radicalizou a linguagem na denúncia da corrupção e tem atrás de si um exército de marginalizados e de gente que vive nas condições mais miseráveis. Mas não é esta a sua única audiência: também capta simpatias entre algumas elites intelectuais de Bissau, irritadas com o regime do PAIGC e que gostariam de dizer alto e bom som as mesmas coisas que o candidato diz.

Por ter radicalizado a campanha com as denúncias de corrupção, ao acusar Nino Vieira de ter mandado matar o português Jorge Quadros, um misterioso homicídio que a polícia ainda não conseguiu esclarecer, bem como outros dois militares, o PAIGC começou a chamar-lhe "o Jirinski guineense".

Uma acusação rejeitada por Kumba, que se considera "um democrata" e de quem alguns portugueses residentes na capital dizem que foi o único candidato, durante a campanha, que defendeu a me-

lhorias das condições de permanência, em termos de segurança, dos quadros e investidores estrangeiros na Guiné-Bissau, para que seja mais profícua a sua colaboração no desenvolvimento do país.

Com os resultados oficiosos, passados discretamente pelos partidos nos bastidores, em manobras de clara contra-informação, a acentuação do nervosismo do escrutínio, todo o país permanece suspenso do que a Comissão Nacional de Eleições vai anunciar hoje, ainda que em termos provisórios.

Empresários de todas as nacionalidades procuram os jornalistas para saber novidades, assistem às conferências de imprensa e interrogam-se sobre os cenários do novo quadro partidário a resultar das primeiras eleições multipartidárias da Guiné-Bissau. Alguns procuram mesmo saber se há "sondagens credíveis". Um antigo quadro político do PAIGC, hoje desligado do partido e a trabalhar para empresas privadas, diz, em tom de brincadeira: "Branco diz que preto não entende nada dos sondagens. Portanto, preto não faz sondagem, pá." e

Riscos para a democracia em São Tomé

O PRIMEIRO-MINISTRO são-tomense em funções, Norberto Costa Alegre, declarou ontem à tarde em conferência de imprensa que o processo democrático corre sérios riscos no seu país se não for encontrada uma saída rápida para a actual crise (ver pág. 10). Costa Alegre, que na véspera à noite fora impedido de entrar na televisão por 11 polícias armados, disse ser fundamental para a democracia um relacionamento equilibrado entre os diferentes órgãos de soberania e que qualquer tendência de um deles para se sobrepor aos demais só pode desvirtuar as regras do jogo e ameaçar a estabilidade. A sensação predominante na cidade de São Tomé é de que o cerco policial aos estúdios da televisão, até ao princípio da madrugada de ontem, por ordem do Presidente Trovoada, foi um acto gratuito e exorbitante, pois que Norberto Costa Alegre está em funções até ser empossado novo gabinete. E admite-se que os desenvolvimentos das últimas 48 horas venham a acelerar a formação do novo Governo, que poderá ter um número reduzido de ministérios. e

PÚBLICO, 8.7.94

Com um quarto dos votos contados na Guiné-Bissau

PÚBLICO, 8.7.94

PAIGC rumo à vitória

Do nosso enviado
Eduardo Dâmaso
em Bissau

Os primeiros números apontam para uma vitória do PAIGC. A maior incógnita é saber se Nino rence à primeira ou é forçado a uma segunda volta. Mas é cedo para fazer contas, pois não se conhecem os resultados de Bissau nem o das regiões onde o Bafatá terá mais peso.

Os menos de 25 por cento de votos escrutinados até ontem de manhã davam uma confortável vantagem ao PAIGC em relação ao Partido da Renovação Social (PRS), de Kumba Ialá, candidato que também estava bem colocado nas presidenciais. Mas estes resultados devem ser relativizados, pois as assembleias cujos votos foram contados correspondem aos círculos onde Ialá concorreu, estando por conhecer os resultados das regiões onde o Movimento Bafatá está mais implantado.

A Comissão Nacional de Eleições, gorando as expectativas que ela própria havia criado, ao fim da tarde ainda não tinha qualquer ideia sobre os resultados finais provisórios. Os únicos números que avançou (na noite de quarta-feira) são referentes às regiões de Oio, Quinara e

Mansabá, que proporcionaram ao PAIGC a eleição de 13 deputados, seis ao PRS, dois ao Movimento Bafatá e um à coligação União para a Mudança.

Sem que estes resultados permitam qualquer conclusão segura, o PAIGC fez constar que já escolheu o chefe do futuro Governo. Filinto Barros, o actual ministro das Finanças e definido como "um moderado", apesar de ser também um "dinossauro" do partido, parece ser a opção mais consensual, ainda que uma corrente dentro do partido o indique para secretário-geral. Também a festa da vitória estará a ser preparada pelo PAIGC que escolheu três dias para uma rija celebração.

O facto de se estar ainda longe dos resultados finais provisórios não impediu Filinto Barros de declarar que os dados na posse do seu partido apontam para que o PAIGC venha a obter "uma maioria bastante estável" e que o partido se prepara para constituir um Governo "mais técnico do que político".

Pelas informações que avançou, também se admite o cenário duma vitória de Nino Vieira na primeira volta nas presidenciais. Resultados officiosos que circulavam em Bissau, confirmados por elementos da oposição e pelo PAIGC, davam cerca de 44 mil votos a Nino Vieira, 35 mil a Kumba Ialá e 14 mil a Domingos Fernandes Gomes, do Bafatá (números correspondentes a menos de cem mil votos num universo de 404 mil recenseados).

A contagem dos votos é de uma lentidão exasperante, sobretudo na capital (on-

de não se conhece o resultado duma única mesa), em toda a região Leste, que inclui as cidades de Bafatá e Gabu, ou em Tombali. Estas zonas criaram, durante a campanha, fortes expectativas à oposição, sobretudo dentro do Movimento Bafatá.

Os resultados, oficiais e officiosos, que colocam Kumba Ialá muito próximo de Nino Vieira e o PRS na segunda posição, são por isso artificiais e tiveram o condão de criar um efeito ilusório em relação à votação final. É que o PRS apenas concorre em nove dos 29 distritos eleitorais, e os números divulgados são apenas referentes aos locais onde o PRS se apresentou.

Quando se conhecerem os restantes resultados, é esperada uma queda acentuada do PRS, embora Kumba Ialá, um "outsider" neste processo eleitoral, deva manter o bom nível da sua votação nas presidenciais.

Irregularidades minimizadas

O PÚBLICO apurou, entretanto, que alguns relatórios de observadores internacionais apontam irregularidades em várias zonas do país. Observadores de Cabo Verde, Moçambique e, inclusive o ex-Presidente do Mali, Mamadu Touré, sublinharam algumas. No Leste, por exemplo, foi constatado por um dos observadores que um grupo de elementos ligados à segurança do Estado realizou reuniões junto às assembleias e deu indicações de voto no PAIGC.

No entanto, entre os observadores, prevalece a tese

de que, apesar de algumas irregularidades, estes factos devem ser minimizados, com o argumento que a Guiné-Bissau é um país desorganizado e com grandes carências e que estas foram as primeiras eleições livres no país.

O Partido da Convergência Democrática (PCD) por seu turno, denunciou através do seu presidente, Vitor Mandinga, casos de intimidação das populações. Sublinhou nomeadamente que no sector de Chitol um militante do seu partido "foi forçado a chegar a vias de facto" para pôr cobro a alegadas ameaças feitas à população por um elemento do PAIGC. Acusou ainda o partido governamental de ter andado a distribuir sacos de arroz pela população nas semanas que antecederam as eleições. Ao jeito de quem tira com uma mão (os salários que não paga há quatro meses) e dá com a outra. De resto, citou um "ditado português" para anunciar que o PCD aceita a derrota e será oposição. Para Mandinga, "o povo é quem mais ordena", transformando em ditado a letra da canção de José Afonso.

A tarde de ontem em Bissau voltou a ser marcada pela manifestação dos elementos que asseguraram o funcionamento das mesas de voto e ainda não receberam os respectivos subsídios. A manifestação ocorreu defronte da Comissão Regional de Eleições sob forte vigilância das forças policiais. Idênticos protestos ocorreram também em Gabu, no Leste, provocando a prisão de uma pessoa acusada de "ter ofendido as autoridades".

Kumba Ialá dramatiza

PÚBLICO, 9.7.94

O CANDIDATO às eleições presidenciais guineenses Kumba Ialá acusou ontem à noite o PAIGC de estar "a preparar a guerra no país". Denunciou alegadas alterações de chefes no seno das forças de segurança e a movimentação de um contingente de 300 "milícias" para parts incerta, fora de Bissau. "Tudo isto não é claro, quando a divulgação dos resultados eleitorais está a ser propositadamente atrasada". Perante os atrasos verificados na divulgação

dos resultados de Bissau e de Tombali, o candidato do Partido da Renovação Social (PRS) sugeriu que "estão a ser forçados outros dados", com o objectivo de evitar uma segunda volta, entre si e Nino Vieira. "Se isso se confirmar, vamos declarar nulas e sem efeito as eleições da Guiné-Bissau. Isso é seguro e claro", disse, num tom de voz grave, perante os mais de 300 apoiantes que invadiram o Centro de Imprensa.

A tensão subiu quando res-

pondeu às acusações feitas anteriormente pelo PAIGC sobre a influência do voto étnico, dizendo que este partido está "a fomentar o ódio e, eventualmente, um confronto étnico". A Comissão Nacional de Eleições tem justificado o atraso na contagem dos votos de Bissau e de Tombali com as deficientes condições administrativas e técnicas do país e com a falta de experiência de todos os organizadores do processo eleitoral.

Eduardo Dâmaso, em Bissau



Governo de transição em S. Tomé

SAO TOMÉ tem, desde a noite de quinta-feira, um Governo de transição, liderado por Evaristo de Carvalho, titular da pasta da Defesa do anterior Executivo, demitido faz hoje uma semana pelo Presidente Miguel Trovoada. O novo Gabinete é composto por um total de oito ministros, quatro dos quais são membros de segundo plano ou simpatizantes do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe-Partido Social Democrata (MLSTP-PSD, no poder entre a independência e as eleições de Janeiro de 1991).

Com um elenco anunciado poucas horas antes de a Assembleia Nacional (AN) iniciar o debate, previsto para ontem, sobre a inconstitucionalidade ou não da decisão do Presidente de nomear Evaristo de Carvalho para substituir Norberto Costa Alegre sem consultar os partidos, o novo Executivo inclui ainda um independente e dois membros da Acção Democrática Independente (ADI), formação integrada por elementos considerados próximos de Miguel Trovoada.

No entender de um observador da realidade santomense, o novo Governo poderá ter resultado de um compromisso entre o MLSTP-PSD e o Partido da Convergência Democrática (PCD, ex-Governo). Tal compromisso seria «consequência do facto de ao MLSTP-PSD e ao PCD não interessar a realização imediata de eleições».

O Gabinete chefiado por Evaristo de Carvalho — já expulso do PCD, por ter aceitado o cargo de primei-

EXPRESSO, 9.7.94

ro-ministro nas condições em que este lhe foi proposto — terá que submeter o seu programa à AN, caso o Presidente pretenda que o seu tempo de vida seja superior a seis meses. Sem um compromisso entre os dois principais partidos santomenses, o novo Governo poderá cair na AN, onde o PCD detém 28 dos 55 assentos parlamentares.

Ao MLSTP-PSD poderá, aliás, não desagradar a antecipação das eleições. No que se refere ao PCD, quanto mais tarde estas se realizarem melhor. «O Presidente quer evitar que o PCD chegue ao fim do mandato que lhe foi atribuído e que terminaria em Março de 1995», disse ao EXPRESSO Olegário Tiny, ministro da Justiça do Governo demitido por Miguel Trovoada.

Tiny disse ainda que a exoneração do Governo de Costa Alegre constituiu «um golpe institucional, uma subversão completa das normas constitucionais». Por outro lado, acrescentou, em três anos e meio, o Presidente demitiu dois Executivos e levou a cabo «incurações permanentes na área governativa», pretendendo sobretudo «ter influência na esfera económica».

FERNANDA BARÃO

Comentário

António Soares Lopes, em Bissau

O voto étnico PÚBLICO, 8.7.94

CINCO DIAS após a realização das eleições na Guiné-Bissau, o PAIGC respira de alívio com uma contagem mais favorável do que o esperado, enquanto o general Nino aguarda com expectativa os resultados que tendem a apontar para uma segunda volta.

Kumba lalá, o «enfant terrible» da política guineense, é o responsável por esta situação que confunde os mais experimentados analistas em Bissau. Depois de uma conturbada entrada na política como opositor a um partido que outrora foi o seu, ajuda o velho combatente Rafael Barbosa a criar a Frente Democrática Social, depois entra em ruptura e funda o Partido da Renovação Social, cuja sede funciona numa sala da sua residência.

Filósofo, balanta, de 41 anos, lalá assentou a sua mensagem eleitoral na justiça social e na necessidade de moralização da sociedade, ao mesmo tempo que prometia entregar ao povo e aos antigos combatentes os bens adquiridos ilicitamente pelos actuais governantes. Advogou a separação clara dos diferentes poderes e o fim da corrupção, dos ódios e das vinganças. Sem meios, não dispondo de uma verdadeira estrutura partidária, lalá utilizou candongas e toca-toca (veículos que transportam dezenas de passageiros, onde há sempre lugar para mais um e pára ao primeiro sinal) para dar voltas completas ao país anunciando o fim do regime.

Esta persistência, somada a uma capacidade ímpar de comunicador, que num instante faz o público rir para noutro o encolerizar, contribuíram para a fulgurante ascensão do homem que viria a «roubar» votos a Nino e ao líder do Movimento Bafatá, Domingos Fernandes.

Mas, em última análise, terá sido certamente a sua origem étnica a decidir o lugar que passou a ocupar no galarim da vida política guineense. As palavras recentes do dirigente da União para a Mudança, Manuel Rambot Barcelos, deixam perceber esta parte oculta da realidade guineense: «Os laços de solidariedade que se fizeram sentir nestas eleições são a perfeita manifestação de uma revolta». E os balantas, lavradores por excelência, representam não só uma componente étnica importante da História da independência do país, como constituem cerca de 30 por cento da população.

O Presidente Nino Vieira também sentiu o apoio das gentes de Biombo, Quinhamel, Prábis e Safim, maioritariamente pa-

peis como ele. Os muçulmanos, mandingas, fulas e beafadas, principalmente os dois primeiros, hábeis na arte de negociar, repartiram a sua preferência por mais de um candidato, só faltando agora saber o grau de acolhimento dado ao seu irmão de fé o aladje Bubacar Djaló, candidato da União para a Mudança. A etnia manjaco, com fortes tradições de emigração, votou abertamente no líder da FLING, François Kankoula Mendy, um filho seu que viveu os últimos 30 anos entre o Senegal e a França.

Estas opções de pendor étnico serão unicamente o respaldo de 21 anos de governação monolítica e que finda com este ciclo ou será a ponta de um «iceberg» que pode vir a explodir à mínima perturbação social? Para já é um desafio a uma das chamadas vitórias da «luta armada de libertação nacional» que dizia ter acabado com as rivalidades e contradições de natureza étnicas.

O Partido da Convergência Democrática (PCD), conhecido como o partido dos jovens quadros, foi humilhado não conseguindo eleger (até agora) nenhum deputado. O seu líder, o economista Vitor Mandinga fala de «traições» políticas, de infiltração de elementos do PAIGC no PCD e de fraudes. Mas reconhece também ter sido penalizado por uma votação étnica.

Mas, para lá de irregularidades e do caos que marcou estas primeiras eleições pluralistas, já é possível fazer algumas leituras. A maioria da população, embora ainda não tenha interiorizado a democracia, foi às urnas porque acredita que só uma mudança de regime pode conduzi-la pela via do progresso, tantas vezes adiada. As pessoas, sobretudo nos centros urbanos, estão igualmente convencidas que uma «saída» abrupta dos antigos guerrilheiros do poder pode agudizar contradições internas e conduzir o país a uma situação de graves conflitos ou até mesmo a uma guerra. Não é por acaso que a mensagem do poder foi sempre a de que só ele pode garantir a paz e a estabilidade.

O que espanta nestas eleições é a inversão de posições entre Nino e o PAIGC. Ao contrário do que se fazia esperar, Nino Vieira não foi vergado. O seu carisma, a longa campanha, os meios postos à disposição e técnicos estrangeiros peritos em comunicação e imagem, funcionaram como balão de oxigénio na etapa final, em que apareceu com um «new look» e discursos retocados. Só que o peso negativo do seu partido, que não fez campanha antes vivendo nitidamente a sombra do «chefe», custou-lhe tanto quanto as pesadas críticas da oposição que, convicta da morte do PAIGC na boca das urnas, concentrou nele toda a sua artilharia.

No momento em que escrevemos, o PAIGC festeja na sua sede uma vitória algo inesperada, e no Palácio da Praça dos Heróis Nacionais reina o nervosismo e a incerteza: vai Nino submeter-se a uma nova prova ou será que os círculos a escrutinar conferir-lhe-ão uma tangencial vitória para mais quatro anos de mandato? ■

Opinião

Anthony van Nieuwkerk*

Desafios a enfrentar pelo Governo sul-africano

PÚBLICO, 9.7.94

O PRINCIPAL factor da política sul-africana desde o histórico discurso de F. W. de Klerk em 1990 é a transição.

Há diferentes modos de transição: um pacto de liderança; um golpe; reforma; ou revolução. Uma sociedade pode experimentar uma série destas modalidades durante a sua transição. Não há relação inevitável entre formas de transição e democracia. O resultado pode ser o regresso a uma nova autocracia; a estabilização sem democracia; uma democracia instável; e uma democracia consolidada.

É a última hipótese a que vejo como o verdadeiro desafio para o nosso novo Governo.

A nossa transição tem sido até agora assinalada por uma série de passos com êxito. O período pré-eleitoral foi assinalado pela decisão à última hora do Inkatha participar. A eleição em si verificou-se de uma forma pacífica e depois houve a reconciliação. Estes factos positivos criaram a esperança entre os sul-africanos, quanto a um futuro processo estável de transformação.

Por outro lado, as negociações efectuadas durante os últimos seis meses criaram uma série de estruturas de transição. Entre as mais importantes o Conselho Executivo de Transição, uma Força Nacional de Manutenção da Paz e a Comissão Eleitoral Independente, que expiraram logo a seguir às eleições.

Seguem-se agora um Governo de Unidade Nacional para cinco anos, uma Constituição interina e a Assembleia Constituinte, que deverá produzir em 1996 uma Constituição final. Além de um Conselho do Volkstaat, um Tribunal Constitucional, uma Comissão Independente para a Comunicação Social e uma Comissão de Direitos Humanos. Além disso, há uma série de complexas estruturas provinciais e locais, como as autarquias a eleger no primeiro semestre de 1995.

Todas estas coisas se destinam a proteger e fazer avançar a liberdade para todos. Mas há que ver quanto longa é a estrada e quanto acidentado é o terreno. Será que a carroçaria aguenta? Cada vez mais, estas parecem ser as verdadeiras questões no debate sobre o futuro da África do Sul a curto e médio prazo.

Alguns analistas parecem cépticos quando se trata do tópico do resultado da transição. René Lemaarchand, ao falar das transições africanas para a democracia, escreveu recentemente: "Há razões para recear que o movimento para a democracia possa conter em si as sementes da sua

própria destruição."

Os receios incluem as crises e incertezas que acompanharam a queda de regimes autocráticos; o impacto de programas de ajustamento estrutural sobre novas configurações do poder; e a ameaça de desafios crescentes à sua hegemonia. Mas há outros: a incapacidade das forças da oposição para conseguir uma certa unidade interna; a relativa negligência das virtudes cívicas entre os dirigentes e os seus seguidores; a ausência de condições económicas para que a democracia floresça.

É verdade que estas condições tendem a reflectir-se nas novas democracias, levando-as a desmoronarem-se. No entanto, não estou certo de que se apliquem ao caso sul-africano.

O que é este desafio chamado consolidação democrática, que os sul-africanos têm de enfrentar se quiserem evitar o desmoronar do seu sonho?

Larry Diamond, destacado analista norte-americano, considerou-o recentemente "um processo pelo qual a democracia se torna tão vasta e profundamente legítima entre os seus cidadãos que é muito improvável o colapso por motivos internos. A legitimidade política é o conceito básico da consolidação democrática. por esta razão, o indicador imediato da consolidação é a estabilidade".

Devo confessar que ao ler estas palavras o meu espírito se desanuvia, pois que o novo Governo da África do Sul começa o seu trabalho de reconstrução sócio-económica com boas credenciais:

— Foi livremente eleito, goza de legitimidade e está mandatado pela Constituição para governar segundo a letra e o espírito do consenso e do compromisso;

— A oposição será contida dentro do sistema, a nível regional e nacional, actuando de acordo com as regras do governo parlamentar;

— Prevê-se também que a revisão constitucional seja feita pela Assembleia Constituinte.

Quanto às perspectivas de emergência a longo prazo de uma tradição indígena de política democrática, os analistas também argumentam que a nova África do Sul tem vantagens herdadas do passado. Isto inclui um tradição de governo parlamentar, uma dinâmica para regulamentar as transacções comerciais; uma infraestrutura económica e um Estado forte.

Parece portanto que o novo Governo da África do Sul está disposto a começar o processo de transformação do Estado e da sociedade. Ao fazê-lo, pode contar com os vastos recursos que favoreceram a

transição. Ao mesmo tempo, enfrenta importantes desafios internos.

Uma governação eficiente e democrática depende de a nova classe dirigente ser capaz de mobilizar os necessários recursos humanos, reflectir o novo equilíbrio de forças novos diversos níveis da sociedade, fundir e racionalizar o velho sistema de 15 administrações diferentes e manter a estabilidade de modo a facilitar o crescimento económico.

Uma gestão e política económica sãs serão um desafio que o novo Governo poderá achar difícil de enfrentar. Em 1993, o regime do apartheid permitiu que o défice governamental fosse de 171 a 200 mil milhões de randes (9.000 milhões de contos). No ano passado, só o serviço da dívida subiu a 17 por cento de todas as despesas governamentais.

O ANC é da opinião de que nenhuma democracia política pode sobreviver e florescer se a massa da população permanecer na pobreza. O ataque à pobreza deve portanto ser a prioridade de um novo Governo democrático. E quer fazê-lo implementando um programa de reconstrução e desenvolvimento: enfrentar as necessidades básicas; desenvolver os recursos humanos; construir a economia; democratizar o estado e a sociedade.

Os militares têm sido um grande obstáculo para a democratização da África e a guerra tem sido um grande contributo para a crise do continente. Uma das principais razões para a paz ser tão curta é a não desmilitarização depois de períodos de violento conflito. A transição para a democracia na África do Sul depende de um processo de desmilitarização que envolve uma mudança de poder e de recursos que pertenciam a formações armadas e a elites militares.

Depois, há uma dimensão psicológica da nossa transição que tem de ser reconhecida. A paz tem de se basear na verdade. A reconciliação envolve perdão, mas para perdoar tem de se saber a quem perdoar e o quê. No centro da democracia está o retorno do Direito e é importante que, ao tratarem do passado, os sul-africanos tenham presente que as grandes violações dos direitos humanos cometidas pelo antigo Estado jamais se poderão repetir.

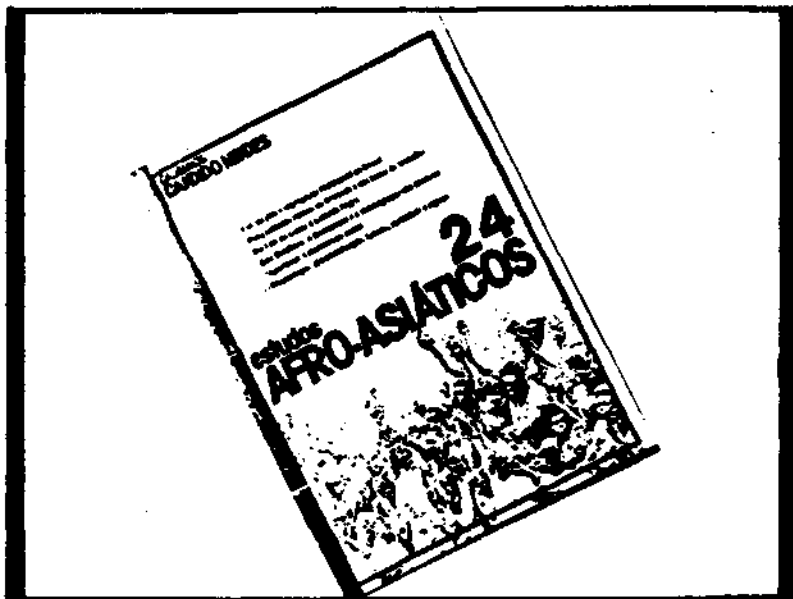
Numa busca da verdade e num aprofundamento da democracia, teremos de construir uma cultura política em que o primado do Direito seja respeitado e cumprido. ■

* Investigador do Instituto Sul-Africano de Assuntos Internacionais

Amnistia parcial na África do Sul

PÚBLICO, 9.7.94

OS JOVENS com menos de 18 anos, as mães de crianças de menos de 12 anos e os inválidos detidos em cadeias da África do Sul vão beneficiar da amnistia decidida pelo Presidente Nelson Mandela durante a sua eleição, informou ontem a agência France Presse citando fonte governamental. Segundo o Ministério dos Serviços Prisionais, dirigido por Sipho Mzimela, estes prisioneiros vão ser libertados desde que cumpram as condições exigidas, com excepção dos condenados por crimes como o homicídio, o roubo com homicídio que comporte circunstâncias agravantes, o abuso sexual de menores ou o rapto. Esta amnistia tinha sido anunciada por Mandela a 10 de Maio passado e deverá acalmar as revoltas nas prisões, com detidos a exigirem uma amnistia total e que levaram, inclusive, o ministro a reduzir em seis meses as penas de todos os prisioneiros. Segundo os serviços prisionais, estão detidas nas prisões do país 861 pessoas com menos de 18 anos e 2300 mulheres que têm filhos de pouca idade. Não estão disponíveis números sobre os inválidos. ■



Expectativa de segunda volta nas presidenciais da Guiné-Bissau

PAIGC com maioria absoluta

PÚBLICO, 9.7.94

De novo em frente
Edição do Domingo,
em Bissau

O PAIGC vai ter a maioria absoluta no parlamento da Guiné-Bissau, mas Nino Vieira ainda não tem a certeza de ganhar a Presidência já na primeira volta. Tirando as hipóteses de derrotar alguns partidos da oposição querem

junta-se numa única força. Para lá dos resultados, Kumba Ialá continua a ser o grande animador da nova cena política guineense. Acusado pelo PAIGC de jogar na factor étnico, recusa o argumento e insiste no desafio a Nino.

Com metade dos votos escrutinados, o PAIGC tinha ontem praticamente assegurada a maioria absoluta no futuro parlamento da Guiné-Bissau. Graças à aplicação do método de Hondt, e à dispersão dos adversários, o partido governamental deve obter mais de dois terços dos mandatos com cerca de 40 por cento dos votos.

Mas, enquanto os partidos da oposição, perante estes resultados, começavam a discutir uma nova estratégia, persistiam algumas dúvidas em relação às presidenciais. Por não estarem apurados os votos de Bissau e de Tombali, o cenário de uma provável segunda volta entre Nino Vieira e Kumba Ialá continuava a ser encarado como uma hipótese plausível e a gerar expectativa.

Perante esta vitória esmagadora do PAIGC — com uma maioria de dois terços na Assembleia Nacional Popular terá inclusive uma confortável margem de manobra para eventuais revisões da Constituição — a oposição agregada em torno da coligação de seis partidos União para a Mudança (UM) vai transformar-se num único partido. Esta questão começou ontem a ser discutida pelos seis movimentos e é um dado praticamente adquirido. Manuel Rambout Barcelos, secretário nacional da UM, referiu que um dos objectivos da coligação nestas eleições era ter um grupo parlamentar. "Isso foi conseguido, pelo que agora temos de começar já a preparar o futuro."

A vitória do PAIGC, que, com cerca de 160 mil votos contados (ver quadro), já tinha eleito 34 dos 100 deputados, não começou, no entanto, a ser ruidosamente festejada como os seus dirigentes desejariam, porque subsistem algumas dúvidas sobre a votação de Nino Vieira. Este, apesar de ter ontem de manhã uma vantagem de mais de 30 mil votos em relação a Kumba Ialá, segundo dados oficiais da Comissão Nacional de Eleições (CNE), está dependente dos resultados de Bissau, que representa cerca de 125 mil votos, e ainda dos de Bafatá e Tombali.

Nicandro Barreto, mandatário do PAIGC, e Mário Cabral,

ministro da Agricultura, foram prudentes a comentar os resultados das presidenciais e preferiram dirigir as baterias para o alegado "fenómeno novo", revelado por estas eleições e que consideram susceptível de vir a causar alguma "perturbação social". Assim, anunciaram que o "PAIGC e o seu novo Governo se reservam o direito de se debruçar mais tarde sobre o fenómeno, quer em termos sociológicos quer em termos políticos".

No entanto, e independentemente dos resultados daquela análise "sociológica" e "política" e do "fenómeno novo" (uma alusão ao esmagador voto dos balantas em Kumba Ialá, pertencente a essa etnia), estes dois dirigentes extraem já uma conclusão: "Não podemos deixar acontecer o que está a acontecer."

O que mais irritou o PAIGC parece ter sido um alegado recurso aos tambores, instrumento de comunicação entre as aldeias, para chamar as pessoas a votar em Kumba Ialá. "Vamos ver se isso foi assim e, se foi, trata-se de um retrocesso, que põe em causa a unidade do país", disse Mário Cabral que, instado pelo PÚBLICO a clarificar a posição do PAIGC nesta matéria, se escusou com o argumento de que é "uma questão interna do país".

Aqueles dois dirigentes do PAIGC, confrontados com as boas votações obtidas por Nino Vieira nas zonas da etnia papel, a que ele pertence, observaram que Nino, "apesar de ser de origem papel, não se identifica com os papéis e até fala balanta".

A questão da influência do voto étnico, devido à posição do PAIGC, está a abrir fortes brechas na confiança da oposição em relação ao comportamento futuro deste partido. Vários políticos da oposição, sobretudo do partido de Kumba Ialá, temem que estas declarações sejam o abrir de portas para uma vaga de repressão. Ainda ontem, uma resposta de Nicandro Barreto a um eventual cenário de coabitação entre o PAIGC no Governo e Kumba Ialá na Presidência, foi bem sintomática da forma como a ala dura do partido sente esta questão. Depois de ter negado o cenário da coabitação por acreditar que o

PAIGC e Nino Vieira vencerão em todas as frentes, Barreto lá acedeu a responder: "Se não ganharmos, logo se vê o que vai acontecer..."

Este lapso de Nicandro Barreto foi de imediato corrigido por Mário Cabral, que pegou na palavra para dizer que, por si, "não responderia assim", sublinhando que, se o PAIGC não ganhar, "o veredicto das urnas será aceite".

O "comício" de Kumba

A questão do voto étnico foi também a principal razão que levou o candidato Kumba Ialá a convidar "o povo de Bissau", quinta-feira à noite, para uma conferência de imprensa, que a televisão estatal só transmitiu em directo nos últimos instantes, ao contrário do que vinha fazendo com todos os outros candidatos.

Liderando um grupo de 30 apoiantes, e de barrete balanta enfiado na cabeça, Kumba Ialá entrou com grande alarido no Centro de Imprensa, sentou-se na mesa e atrás de si ficaram três seguranças. Num ápice a sala ficou cheia de apoiantes de Kumba e a conferência de imprensa transformou-se num comício.

Kumba Ialá pegou em números que disse serem oficiais e anunciou que, até àquele momento, Nino Vieira tinha apenas uma ligeira vantagem em relação a ele, de 1574 votos, e que, em termos percentuais, os números se situavam entre os 37,48 por cento e os 35,15 por cento. A sala parecia vir abaixo com os aplausos. No entanto, os números divulgados pela CNE duas horas depois seriam bem outros.

E daí passou para a questão étnica, dando exemplos de como não foram apenas os balantas, a etnia maioritária, que votou nele. Em Manzabá, recebeu votos de mandingas; em Frábis e Sefim, de papéis; em Canchungo, Caió, de manjacos; no Leste, de muçulmanos. A lista era extensa e, para Kumba, constituía a prova cabal

de que ele não é um homem "para pensar e agir em termos étnicos, muito menos rácicos". As suas preocupações, enquanto líder de um partido de "centro-esquerda", como definiu o PRS, é o desenvolvimento económico e social do país.

A assistência ria ou aplaudia ao ritmo das suas palavras e diatribes. "Se houvesse voto étnico, eu não precisava sequer de fazer campanha. Era só dizer a Nino: 'Meu amigo, sai daí que eu vou instalar-me.'" Justificou a sua tese com os 40 por cento que os balantas detêm num universo de 32 etnias.

Mas exibiu outras "provas" da sua abertura. "O meu primeiro filho é português e, que eu saiba, os portugueses não são balantas." Num gesto rápido, pede a um dos seguranças que vá ao carro buscar as fotografias do filho. Assim foi. Já com as fotos do filho e da mãe deste, que se encontram em Lisboa, exibiu-as à multidão e exclamou: "Vejam, vejam bem como a mãe é linda. Não é como as mulheres do PAIGC, que são todas feias..." Explicou que, por "razões ideológicas, filosóficas, comunistas, morsaís, de princípio e até familiares", não tem nada contra as outras etnias ou raças.

Em relação a Portugal, diz claramente que o reforço da cooperação "é uma das máximas prioridades", por razões que decorrem de "500 anos de entrelaçamento cultural". Os apoiantes foram ao rubro quando ele disse que, a ser eleito, não viverá no Palácio, vai incentivar a criação de cooperativas de habitação popular com edifícios do Estado, racionalizar a utilização de viaturas oficiais e diminuir o orçamento da segurança do Estado.

Para os dirigentes do PAIGC, deixou uma mensagem de tranquilidade. "Descansem que não os vou mandar prender. Comem muito e o país não tem dinheiro para os alimentar!" Um coro interminável de palmas para o candidato do barrete vermelho.

RESULTADOS PARCIAIS					
PRESIDENCIAIS			LEGISLATIVAS		
Candidatos	Votos	Porcentagem	Partidos	Votos	Nº de mandatos
Joko Bernardo Vieira	67.221	47,06	PAIGC	64.004	34
Kumba Ialá	31.278	21,89	Movimento Balant	29.992	6
Domingos Fernandes Gomes	24.172	16,92	União para a Mudança	19.145	3
Carlos Domingos Gomes	9.839	6,93	PRS	19.136	6
Rubénar Djaló	3.458	2,42	PCD	7.379	
António Passos Gomes	3.041	2,13	PAUSD	3.370	
Vitor Saúde Mera	2.675	1,87	PLANG	1.811	
François Karloué Wandy	1.977	1,39	Fórum Cívico Guineense	0	

Nota: Faltam apurar 577 distritos electorais

Novo Governo toma hoje posse

PÚBLICO, 9.7.94

O NOVO Governo de São Tomé e Príncipe, chefiado por Evaristo do Espírito Santo Carvalho, um contabilista de 52 anos e ex-ministro da Defesa, toma hoje posse perante o Presidente da República, Miguel Trovoada, e deverá apresentar o seu programa dentro dos próximos 45 dias.

É um gabinete de iniciativa presidencial e tem apenas oito elementos, incluindo o próprio primeiro-ministro na Defesa e n. Ordem Interna, Helder Barros nas Finanças e Coordenação Económica e Alberto Ferreira Chong nos Negócios Estrangeiros e Cooperação.

Trata-se, na sua essência, de um grupo de tecnocratas que conta com o apoio do principal partido da oposição, o MLSTP, e da Acção Democrática Independente (ADI), criada há menos de dois anos por alguns amigos do Presidente Trovoada; e não há ainda a certeza de que consiga ver o seu programa aprovado.

Se o novo executivo for chumbado pela Assembleia Na-

cional, onde o Partido da Convergência Democrática (PCD) detém 28 dos 55 deputados eleitos em Janeiro de 1991, São Tomé e Príncipe deverá ter legislativas antecipadas, durante o último trimestre deste ano, alguns meses antes do que seria normal.

A equipa de Evaristo Carvalho foi anunciada quinta-feira à noite, cinco dias depois de o Presidente haver exonerado o Governo de Norberto Costa Alegre, o segundo constituído desde 1991 pelo PCD, que ajudara Trovoada a conseguir a chefia do Estado.

Para o partido que ganhou as primeiras eleições multipartidárias realizadas em São Tomé e Príncipe e que o Presidente Trovoada agora decidiu colocar à margem, está-se perante uma violação dos princípios democráticos.

"Coarctar das liberdades"

A mulher de Costa Alegre, Alda Bandeira, responsável pe-

las relações externas do PCD, e outro dirigente do mesmo grupo, Olegário Tiny, ministro da Justiça nos governos formados em 91 e em 92, estiveram na redacção do PÚBLICO, em Lisboa, a contar como é que o primeiro-ministro ainda em funções fora impedido na quarta-feira à noite de entrar nos estúdios da televisão são-tomense.

Onze polícias armados, a mando do Presidente da República, não permitiram que o chefe do Governo exonerado, mas então ainda em funções, fosse à televisão explicar as medidas que tomara ao longo dos últimos meses e que nem sempre contaram com a simpatia de Miguel Trovoada.

Ontem, a bancada parlamentar do PCD afirmou que se "encontra em curso um verdadeiro golpe de Estado institucional, minuciosamente preparado e que visa objectivos estranhos, fazendo prever consequências desastrosas".

No entender dos deputados da maioria, "está em iminência a instauração de um sistema

ditatorial em que já se vislumbra o coarctar das liberdades, com um soberano desprezo pela Constituição". Por isso, pedem a dissolução da Assembleia Nacional e a convocação antecipada de eleições gerais, que se tudo estivesse a decorrer bem só se iriam efectuar durante o primeiro semestre do próximo ano.

Segundo Tiny, de 40 anos, membro da Comissão Política do PCD, poderá agora haver eleições em São Tomé e Príncipe dentro de três ou quatro meses, mas nenhuma das forças deverá conseguir maioria absoluta.

O MLSTP, que foi Governo desde a proclamação da independência, em 1975, até Janeiro de 1991, está muito cauteloso quanto à presente situação e não se dispôs a sacrificar as suas principais figuras no gabinete que hoje toma posse, essencialmente formado por tecnocratas. ■

Coacção Lima,
em São Tomé,
com Jorge Heitor

Oposição sem alternativa

EXPRESSO, 9.7.94

O MOVIMENTO dirigido pelo médico católico Domingos Fernandes Gomes (na foto) não conseguiu afirmar-se nestas eleições como alternativa ao PAIGC mas é sem dúvida o segundo partido melhor organizado no país. O ex-partido único vai por isso ter de contar com ele para as batalhas futuras se o regime democrático pluripartidário se consolidar na Guiné-Bissau.

RGB-Bafatá (Resistência da Guiné-Bissau-Movimento Bafatá) foi fundado há oito anos no estrangeiro, mas só há cerca de dois implantou verdadeiramente as suas estruturas no interior da Guiné.

Ligado no passado ao PAIGC, Domingos Fernandes Gomes veio viver para Lisboa, após a execução em 1986 de Paulo Correia, o vice-presidente (balanta) da República acusado, com outros dirigentes do partido, de ter organizado um golpe de Estado contra Nino Vieira. Reivindicando para si os méritos da batalha pela democracia, RGB-Bafatá foi de facto o primeiro partido a organizar-se com alguma consistência na oposição ao carismático combatente do PAIGC que ocupa, desde o golpe de 1982 contra Luís Cabral, o palácio presidencial

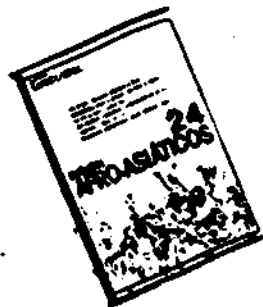
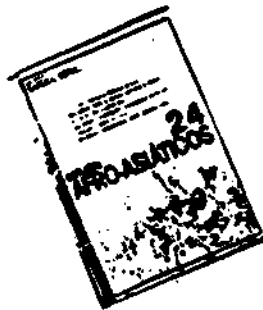
em Bissau.

Com evidentes influências portuguesas na cultura política de alguns dos seus principais dirigentes, o Movimento Bafatá vai agora ter de digerir a derrota nas eleições. A discussão em torno das causas do desaire eleitoral poderá provocar algumas ondas no interior do movimento, mas a liderança de Domingos Fernandes Gomes não parece poder vir a ser contestada.

Com «pose» de moderado, o chefe do RGB tem estado silencioso desde o fim da campanha eleitoral. Quando recebeu o EXPRESSO em sua casa, há uma semana, revelou algumas dúvidas sobre a possibilidade de Nino Vieira ser batido nestas primeiras eleições livres. Acreditava, porém, que iria alcançar uma muito maior votação nas legislativas — nas quais ficou em segundo lugar, à frente do «inexistente» Partido da Renovação Social (que praticamente só tem o líder, Kumba Yalá), da coligação União para a Mudança (que inclui nomeadamente o PRD, de João da Costa, e a FDS de Rafael Barbosa), e do Partido da Convergência Democrática (de Victor Mandinga, que foi o grande derrotado das eleições).

Colocado então perante a possibilidade de uma eventual derrota, declarou-nos: «Aceitá-la-emos porque somos democratas, privilegiamos a luta política, somos contra a violência e, se perdemos, a luta continua».

D.R.



(A)normalidade pós-eleitoral

Caóticas e tensas, as primeiras eleições pluripartidárias na Guiné preparam um susto ao Presidente Nino Vieira

DANIEL RIBEIRO
enviado à Guiné-Bissau

INDEPENDENTEMENTE de se se considerarem válidos os resultados das eleições na Guiné-Bissau — que apontavam ontem, ao princípio da tarde, para a vitória do PAIGC, com maioria absoluta, nas legislativas e para uma possível curta vitória de Nino Vieira na primeira volta das presidenciais ou para a ida à segunda volta numa posição favorável — impõe-se uma constatação fundamental: em parte alguma do mundo, a não ser num dos poucos países africanos que apresentam índices de subdesenvolvimento comparáveis aos da Guiné, seria possível ser declarado válido o processo eleitoral que aí ocorreu no domingo passado.

O caos que se verificou, nomeadamente na capital, no dia da votação — atribuído oficialmente pela Comissão Nacional Eleitoral (CNE-Independente) e pelos observadores internacionais à inexperiência — foi de tal modo evidente que, nesse mesmo dia, um importante observador internacional dizia ao EXPRESSO, ao fim da tarde, à hora marcada para o fecho das urnas: «Só há uma solução correcta para isto tudo — marcar um novo dia para a votação nos imensos círculos onde não foi possível votar durante o dia».

Não foi essa a solução escolhida pela CNE, que decidiu prolongar o prazo de votação durante a noite e repeti-la dois dias mais tarde em algumas mesas em que, mesmo com a dilatação do prazo, não se conseguiu votar por não lhes ter chegado a tempo o material de voto. Resultado: a confusão do dia prolongou-se durante a noite, com votos e contagens à luz da vela e posteriores acusações recíprocas dos diversos partidos e candidatos de numerosas irregularidades.

Os «problemas logísticos» verificaram-se em todo o país, mas foram sobretudo relevantes em Bissau. O que se passou na capital ainda hoje não se compreende, por aqui estarem concentrados os melhores quadros do país, por ter uma taxa de analfabetismo menor e por existirem mais automóveis e as estradas permitirem uma melhor circulação rodoviária. Estes dados, que, à partida, garantiam que, pelo menos em

EXPRESSO, 9.7.84

Bissau, as coisas decorressem com o mínimo de normalidade, não permitiram, no entanto, à Comissão Regional Eleitoral de Bissau (CRE) fazer chegar aos locais de voto, a tempo e horas, o material para a votação.

O nervosismo dos eleitores era evidente em alguns círculos e, nos locais mais favoráveis à oposição, falava-se abertamente de boicote.

A falta de explicações convincentes da CRE de Bissau foi realçada por diversos observadores. A comissão apelou aos cidadãos que fornecessem automóveis, e explicou que apenas tinha em serviço sete carros, mas dois dias depois Henrique Rosa, director executivo da CNE, desmentia essa informação numa conferência de imprensa, afirmando que tinha 100 carros à disposição.

Estas contradições e as suspeitas que caíram sobre a CRE de Bissau foram depois agudizadas com a contagem dos votos. Ontem, ao meio-dia, a CRE ainda não tinha entregue qualquer acta com a contagem de votos da capital. As regiões do interior, pelo contrário, embora afectadas por enormes problemas ligados às comunicações, já o tinham feito.

O erro do Bafatá

A crise chegou a estar à vista quanto o PAIGC emitiu, na madrugada de segunda-feira, um comunicado em que alertava para irregularidades, acusando os dirigentes da oposição do desvio de 20 urnas vazias e alarmando a população com uma frase final na qual rejeitava «todas as responsabilidades pelas consequências» de tais factos.

O comunicado foi interpretado erradamente por observadores, jornalistas e pela oposição como um sinal de que as primeiras contagens não eram favoráveis ao ex-partido único.

O primeiro partido a precipitar-se no logro foi o RGB-Bafatá, ao anunciar, na tarde de segunda-feira, numa conferência de imprensa, a vitória nas duas eleições, referindo também que, «apesar das irregularidades, reconhecia a validade do acto eleitoral». Resultado: hoje o PAIGC reconhece a validade do acto e o Bafatá contesta-o.

Observadores ratificam

Com a CNE e os observadores internacionais, dirigidos pelo angola-

no Onofre dos Santos, a minimizar as irregularidades e a apelarem, de forma paternalista, aos jornalistas para não serem muito exigentes com a «pobre, analfabeta e inexperiente» Guiné-Bissau, tudo indica que os resultados provisórios que estão a ser avançados vão ser ratificados.

Mas as contestações vão ser muitas, e já se sabe que a data para a publicação oficial dos resultados vai ser tardia. É ainda impossível saber se Nino Vieira vai ser obrigado a uma segunda volta contra Kumba Yala (ver texto nesta página). Segundo indicações de uma fonte da CNE, o presidente cessante não tinha ainda garantida a vitória na primeira volta, apesar de o PAIGC afirmar o contrário.

Entretanto, no seu palácio, Nino Vieira continua sob tensão. O carismático Presidente desconfia das notícias animadoras para o PAIGC e ainda não está tranquilo, apesar de a CNE ter divulgado, na quinta-feira à noite, que já tinha 47 por cento dos resultados com pouco menos de metade dos votos expressos — contra 27 por cento para o líder da etnia balanta e 15 por cento para Domingos Fernandes, o líder do Bafatá.

Para as embaixadas ocidentais em Bissau, o resultado das eleições apenas constitui surpresa pela elevada votação no PAIGC — cerca de 60 por cento. Antes do escrutínio pensava-se que Nino ganharia mais facilmente do que o partido.

A confusão eleitoral no país não perturbou pois, por aí além, as previsões dos diplomatas e os meios de negócios respiravam de alívio com os primeiros resultados. «Ao menos com estes sabemos com o que contamos», disse ao EXPRESSO um empresário português.

Os mesmos meios admitem, no entanto, que «devido à corrupção», o PAIGC deveria abrir o seu próximo governo a «figuras competentes» da oposição ou da sociedade civil.

No palácio presidencial, Nino Vieira continua a sofrer — no mínimo, apanhou com estas eleições um dos maiores sustos da sua agitada vida política.



estudos
AFRO-ASIÁTICOS

Mandela medianeiro da paz

EXPRESSO, 9.7.94

DAVID BERESFORD
correspondente
em Joanesburgo

NELSON Mandela assumiu esta semana o papel de grande conciliador, conseguindo que o processo de paz angolano voltasse a fazer progressos.

O sucesso de Mandela em obter um acordo para que sejam reiniciadas conversações entre o Presidente José Eduardo dos Santos e Mobutu Sese Seko do Zaire segue-se a fortes pressões para que utilizasse o seu grande prestígio na diplomacia internacional.

Mandela tem tentado evitar estas missões, insistindo que o seu tempo e energia têm que ser dedicados aos grandes problemas com que o seu país se defronta. Abriu uma excepção para Angola, não só devido ao papel que a África do Sul desempenhou no passado no agravamento do conflito, mas também devido aos laços históricos existentes entre o ANC e o MPLA.

Foram precisas apenas duas horas de reunião com o Presidente José Eduardo dos Santos, o Presidente Mobutu e o Presidente Jo-

quim Chissano em Pretória para se chegarem a um acordo sobre o reinício das conversações entre o Zaire e Angola, que haviam cessado em 1989.

Numa declaração lida à imprensa, o ministro dos Negócios Estrangeiros sul-africano, Alfred Nzo, disse que o líder angolano e o líder do Zaire tinham concordado em reiniciar os encontros de uma comissão conjunta de defesa e segurança, formada por ministros e outras autoridades. «A comissão irá reunir durante a próxima semana para preparar uma cimeira dos dois Chefes de Estado», dizia.

Savimbi, não esteve presente nestas conversações, mas foi entretanto convidado para se encontrar com Nelson Mandela. O dirigente da UNITA, Isaias Samavuka, mostrou entusiasmo a respeito da iniciativa. Ao falar em Windhock disse: «Pensamos de facto que é muito útil contar com o Presidente Mandela e com a sua sabedoria para ajudar a resolver a situação em Angola».

Fontes diplomáticas referiram que entre as propostas saídas da cimeira destacam-se o patrulhamento conjunto angolano-zaireense dos 1200kms de fronteira entre os

dois países de forma a cortar as vias de reabastecimento da UNITA e nomeação para o disputado cargo de Governador do Huambo de uma personalidade escolhida por consenso entre a UNITA e o MPLA. A organização rebelde, referindo-se ao patrulhamento, disse que não teria qualquer efeito, visto que as suas tropas controlam efectivamente a fronteira.

Mas, apesar destas afirmações, parece que Nelson Mandela foi chamado à pressa para tentar salvar as negociações de paz promovidas pelas Nações Unidas nestes últimos sete meses, que pareciam à beira do malogro face à recente escalada da luta em Angola.

Encontram-se sobre a mesa propostas detalhadas de um acordo entre o MPLA e a UNITA, prevenindo uma divisão minuciosa de cargos governamentais entre as duas partes. Mas o acordo não se concretizou em parte devido à insistência da UNITA em manter o controlo da sua base do Huambo.

No passado, as forças da UNITA foram abastecidas por uma acção combinada entre a África do Sul, o Zaire e a CIA. A questão que agora se coloca é do efeito que a «nova» África do Sul, sob a liderança do Presidente Mandela, poderá ter neste processo.

O inimigo principal

EXPRESSO, 9.7.94

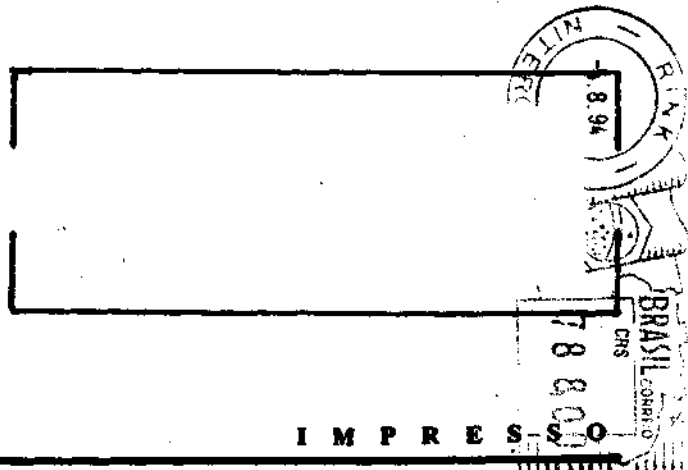
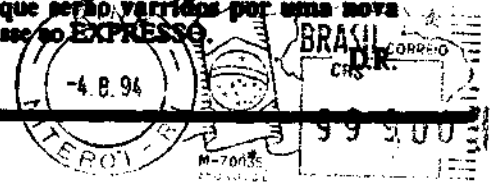
GRANDE comunicador, contador de histórias e perspicaz humorista político, Kumba Yalá, de 41 anos, é a grande revelação destas eleições. Formado em Filosofia pela Faculdade de Letras de Lisboa, é frontal quando chama a Nino Vieira «corrupto» ou «terrorista».

Com o seu segundo lugar nas presidenciais é a partir de agora o principal inimigo a abater. Apesar de não possuir um verdadeiro partido político, é uma ameaça real pois concentrou em si o voto da etnia balanta, a mais importante do país, constituindo 30 por cento da população. Lavradores pobres, os balantas foram dos que mais

engrossaram as fileiras do PAIGC na guerra de libertação mas depois consideraram-se humilhados pelo PAIGC — que lhes executou em 1986 o vice-presidente da República, Paulo Correia.

O PAIGC já lançou um aviso claro a Kumba Yalá: «Vamos analisar seriamente os resurgimentos do fenómeno étnico do país e depois tomaremos medidas políticas». Kumba diz não ter medo. «Se me matarem, eles que fujam porque serão varridos por uma nova guerra popular», disse ao EXPRESSO.

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Cândido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Glória da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 10, Conj. 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. - Assinatura anual (em dólar comercial): Instituições internacionais: US\$ 250.00; nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00. WE ASK FOR EXCHANGE.



I M P R E S S O